

INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão são documentos primordiais que, no final de cada exercício, sintetizam e apresentam a atividade desenvolvida pelo Município de Ílhavo.

A elaboração dos documentos sobreditos é realizada sob a responsabilidade do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1 da alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Na presente análise pretendemos mostrar uma análise económico-financeira e orçamental pormenorizada do exercício de 2017, a qual foi elaborada de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, respetivas alterações, bem como outra legislação específica.

Recordamos que foi decidido prorrogar por um ano o prazo estabelecido no artigo 18.º do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. Assim, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) entra em vigor a 1 de janeiro de 2019 para o subsector da administração local.

Refira-se ainda que as contas do Município foram auditadas e certificadas, por auditor externo nomeado, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, emitida pela “PALM - Pereira, Almeida Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda.”.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Ao longo do presente documento será apresentada uma análise da posição contabilística do Município de Ílhavo, reportado a 31 de dezembro de 2017, focada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, espelhando ainda a situação da Autarquia face aos limites legais, nomeadamente o equilíbrio orçamental, dívida total, taxa de execução de receita e a evolução dos pagamentos em atraso.

A metodologia aplicada verte-se na elaboração de quadros, gráficos e rácios, de acordo com a informação retirada dos mapas da prestação de contas, através dos quais se pretende demonstrar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no período em apreço, mas também a sua evolução face a exercícios anteriores.

A atividade de um Município reveste-se de aspetos muito específicos, que em vários aspetos se diferenciam de uma qualquer empresa, sem prejuízo de uma despublicização que se tem verificado nos últimos anos e que se está a acentuar, estando o enfoque, hoje, mais direcionado para os resultados de determinada atividade do que na Entidade que o realiza (pública/privada). De facto, enquanto estas últimas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo de maximizar o seu lucro, importante parte da atividade dos Municípios está focada, não na produção de bens ou serviços, mas sim na satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

| ATIVO | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| Descrição | 2017 | % | 2016 | % | 2015 | % |
| ATIVO FIXO | | | | | | |
| Bens de Domínio Público | 52.568.062,64 € | 29,30% | 51.952.416,47 € | 29,14% | 51.189.979,74 € | 28,49% |
| Imobilizado Incorpóreo | 0,00 € | 0,00% | | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Imobilizado Corpóreo | 106.087.222,81 € | 59,13% | 106.928.121,39 € | 59,98% | 108.213.414,16 € | 60,22% |
| Investimentos Financeiros | 3.663.384,44 € | 2,04% | 3.663.384,44 € | 2,06% | 3.663.384,44 € | 2,04% |
| Total Ativo Fixo | 162.318.669,89 € | 90,47% | 162.543.922,30 € | 91,18% | 163.066.778,34 € | 90,75% |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | |
| Existências | 250.023,40 € | 0,14% | 244.445,27 € | 0,14% | 239.335,32 € | 0,13% |
| Dívidas de Terceiros | 3.644.300,07 € | 2,03% | 2.822.872,55 € | 1,58% | 3.783.925,67 € | 2,11% |
| Disponibilidades | 1.993.373,74 € | 1,11% | 1.961.797,84 € | 1,10% | 2.321.171,17 € | 1,29% |
| Total Ativo Circulante | 5.887.697,21 € | 3,28% | 5.029.115,66 € | 2,82% | 6.344.432,16 € | 3,53% |
| Acréscimos de Proveitos | 11.208.799,75 € | 6,25% | 10.687.355,13 € | 6,00% | 10.220.721,79 € | 5,69% |
| Custos Diferidos | 1.646,81 € | 0,00% | 2.627,66 € | 0,00% | 60.473,42 € | 0,03% |
| TOTAL DO ATIVO | 179.416.813,66 € | 100,00% | 178.263.020,75 € | 100,00% | 179.692.405,71 € | 100,00% |

ESTRUTURA DO ATIVO

Imobilizado

O investimento continuado nos diversos objetivos e programas preconizados pelo Município e espelhados no Plano Plurianual de Investimento continuam, apesar das dificuldades económicas e financeiras que o País tem vindo a ultrapassar de forma sustentada e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, espelha uma boa capacidade de investimento do Município.

E tanto assim é que o decréscimo verificado na rubrica do ativo fixo líquido (investimento após correção das regularizações e amortizações) em 2017, apesar de todas as vicissitudes cifrou-se em 225.252,41€.

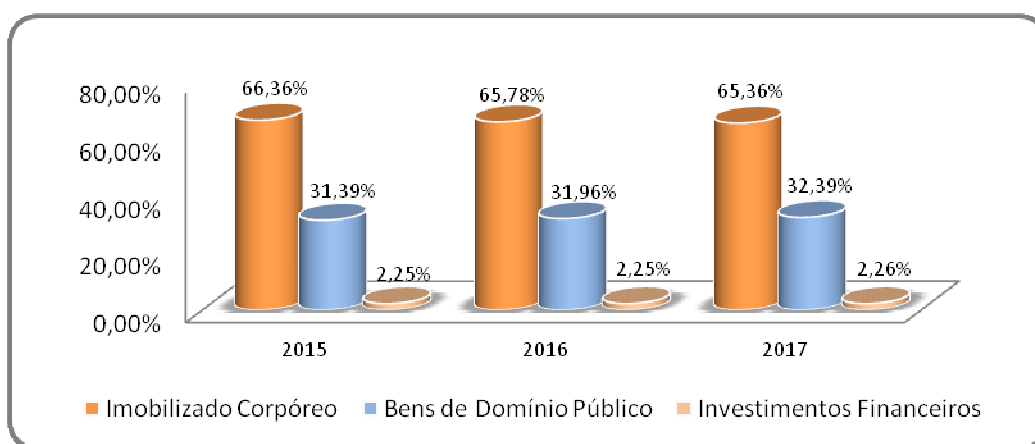
Todavia, não considerando o valor das amortizações e reportando-nos somente ao valor das faturas registadas nas rubricas de imobilizado, constatamos que o valor de investimento foi de 5.164.679,40€ no final de 2017, sendo de 6.752.737,63€ em 2016 e de 9.492.198,78€ em 2015, o que se traduz num valor de investimento, na ótica patrimonial superior a 21 milhões de euros, neste triénio.

O ativo fixo corresponde a 90,47% do total do ativo, quando no ano de 2016 era de 91,18%.

Do valor de investimento financeiro temos que 262.500,00€ se encontra subscrito mas ainda não realizado (Capital PCI), estando já prevista para o início de 2018 a realização de 230 mil euros.

O valor do ativo fixo (líquido, isto é, após amortizações) em balanço é de 162.318.669,89€ correspondendo a uma insignificante redução de 0,14% se comparado com 2016, o que é de destacar face ao valor já elevado do denominador.

Demonstramos de seguida a percentagem de cada rubrica na estrutura do imobilizado.



Dívidas de terceiros

O valor da rubrica dívidas de terceiros contabilizadas no final de 2017 sofreu um acréscimo de 821.427,52€ relativamente a 2016, cifrando-se em 3.644.300,07€, justificado pelo valor das participações comunitárias com pedidos já submetidos, pendentes de recebimento no final do exercício.

Nesta rubrica estão considerados valores como o de clientes, contribuintes e utentes por receber, entre as quais a dívida de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a transferir pela “AdRA, S.A.”, bem como dívidas de outras entidades com contrato estabelecido, como sejam:

- ✓ Participações comunitárias com pedidos submetidos em 31/12/2017: 1.453.187,83€;
- ✓ Águas do Centro Litoral (AdCL) - extinta SIMRIA (faturação de caudais contratuais – reais): 1.232.172,19€;
- ✓ Vista Alegre Atlantis (cessão de exploração do Museu da Vista Alegre): 210.000€

Disponibilidades

Quanto às disponibilidades (operações orçamentais e não orçamentais), estas representam um saldo de 1.993.373,74€. Desta forma e estabelecendo um paralelismo com o exercício de 2016 nota-se um ligeiro acréscimo percentual (+1,58%).

Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 6,25% do ativo no ano de 2017, mencionado nas rubricas de acréscimos de proveitos e de custos diferidos.

À semelhança de exercícios anteriores, a expressividade da rubrica de acréscimos de proveitos encontra-se vertida na especialização dos impostos diretos.

Os montantes que espelham a rubrica de custos diferidos, embora pouco significativos, correspondem a assinaturas de livros e revistas bem como encargo com seguros, cujos custos devem ser reconhecidos em exercícios posteriores.

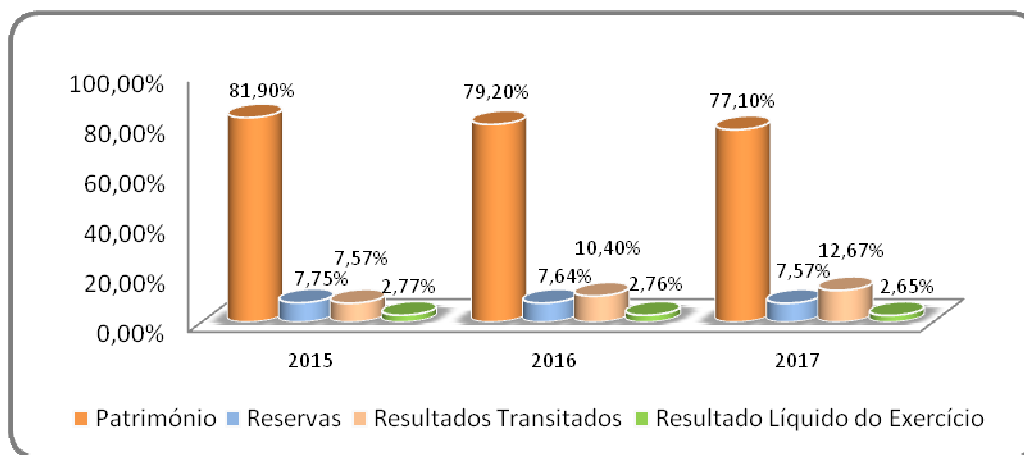
ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

| FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | | | | | | |
|--|-------------------------|----------------|-------------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| Descrição | 2017 | % | 2016 | % | 2015 | % |
| PATRIMÓNIO, RESERVAS E RESULTADOS | | | | | | |
| Património | 85.583.692,96 € | 47,70% | 85.583.692,96 € | 48,01% | 85.583.692,96 € | 47,63% |
| Reservas e Doações | 8.407.009,20 € | 4,69% | 8.257.892,42 € | 4,63% | 8.101.503,78 € | 4,51% |
| Resultados Transitados | 14.069.093,99 € | 7,84% | 11.235.875,26 € | 6,30% | 7.914.297,70 € | 4,40% |
| <u>Resultado Líquido do Exercício</u> | <u>2.946.632,36 €</u> | <u>1,64%</u> | <u>2.982.335,51 €</u> | <u>1,67%</u> | <u>2.892.535,23 €</u> | <u>1,61%</u> |
| Total dos Fundos Próprios | 111.006.428,51 € | 61,87% | 108.059.796,15 € | 60,62% | 104.492.029,67 € | 58,15% |
| PASSIVO | | | | | | |
| Provisões para riscos e encargos | 923.983,80 € | 0,51% | 843.463,08 € | 0,47% | 899.126,54 € | 0,50% |
| Dívidas a Terceiros - M/L Prazo | 12.268.919,61 € | 6,84% | 14.734.747,47 € | 8,27% | 16.223.415,47 € | 9,03% |
| Dívidas a Terceiros - Curto Prazo | 4.571.941,65 € | 2,55% | 3.980.908,67 € | 2,23% | 7.189.194,88 € | 4,00% |
| Acréscimos de Custos | 812.493,93 € | 0,45% | 773.099,85 € | 0,43% | 711.229,05 € | 0,40% |
| <u>Proveitos Diferidos</u> | <u>49.833.046,16 €</u> | <u>27,78%</u> | <u>49.871.005,53 €</u> | <u>27,98%</u> | <u>50.177.410,10 €</u> | <u>27,92%</u> |
| Total do Passivo | 68.410.385,15 € | 38,13% | 70.203.224,60 € | 39,38% | 75.200.376,04 € | 41,85% |
| TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | 179.416.813,66 € | 100,00% | 178.263.020,75 € | 100,00% | 179.692.405,71 € | 100,00% |

Fundos Próprios

No final do exercício de 2017, o saldo dos fundos próprios do Município era de 111.006.428,51€, correspondendo a uma variação positiva de cerca de 3 milhões de euros, ou seja, um aumento de 2,73%, face ao exercício de 2016.

Em termos percentuais, apresenta-se no gráfico infra a influência de cada rubrica na estrutura dos fundos próprios.



Dívidas a terceiros M/L Prazo

Verificou-se uma significativa diminuição nas dívidas de médio/longo prazo, em 16,73%.

Para além do montante em dívida relativamente aos empréstimos bancários, encontra-se registado nesta rubrica o valor de 1,2M€ que respeita à AdCL (ex-SIMRIA), cujo montante será liquidado por conta de dividendos bem como o registo contabilístico relativo à realização do capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal, que irá sofrer um ajustamento, de acordo com o artigo n.º 303 da Lei 114/2017 (OE2018), de 29 de dezembro.

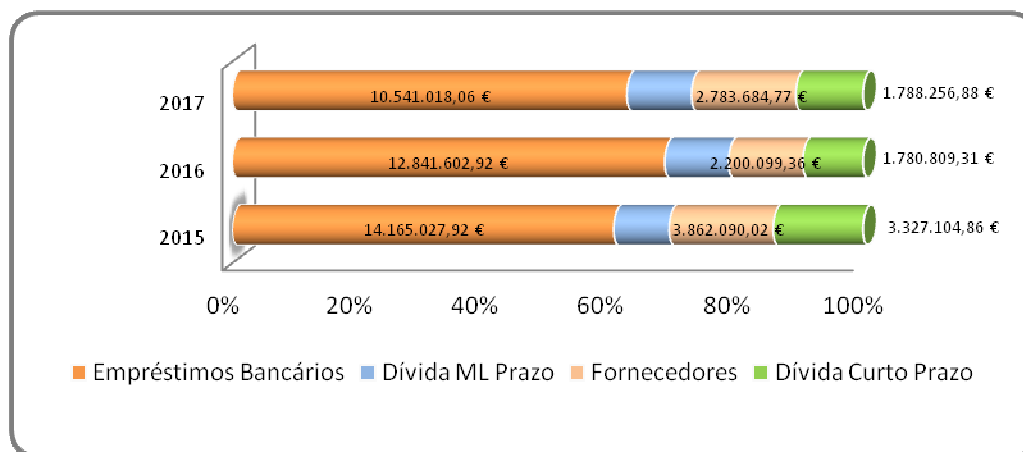
De referir ainda que o empréstimo bancário regista o montante referente ao período de médio e longo prazo, no caso a parcela que se vence para além do ano n+1.

Dívidas a terceiros Curto Prazo

Já que no que concerne a dívidas a terceiros de curto prazo, verifica-se um acréscimo, no ano findo, em cerca de 0,6M€, meramente conjuntural, resultado de várias e importantes obras que tiveram a sua conclusão nos meses finais de 2017, assim como a prossecução de outros investimentos de impacto significativo, que tramitaram para o ano subsequente, como é o caso das empreitadas da alteração viária da Rotunda da Praia da Barra, do Centro Escolar da Gafanha de Aquém e da requalificação da Escola Básica da Marinha Velha, e cuja liquidação dos valores faturados se prevê para o início de 2018.

Porém, e na senda dos exercícios anteriores, a dívida existente não coloca em causa o prazo médio de pagamentos do Município inferior aos 90 dias definidos por lei.

O quadro que se segue representa o peso de cada rubrica relativamente à dívida total.



Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 28,23% dos fundos próprios e passivo no ano de 2017, evidenciado nas rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, esta última respeita no essencial a fundos comunitários recebidos para participações de obras e que agora são transferidos para a conta de proveitos extraordinários – subsídios para investimento, acompanhando proporcionalmente as respetivas amortizações ao longo da vida útil dos bens.

Sublinha-se que este montante apesar de se encontrar inscrito no passivo, não corresponde a nenhuma forma de dívida do Município, correspondendo unicamente ao diferimento de proveitos.

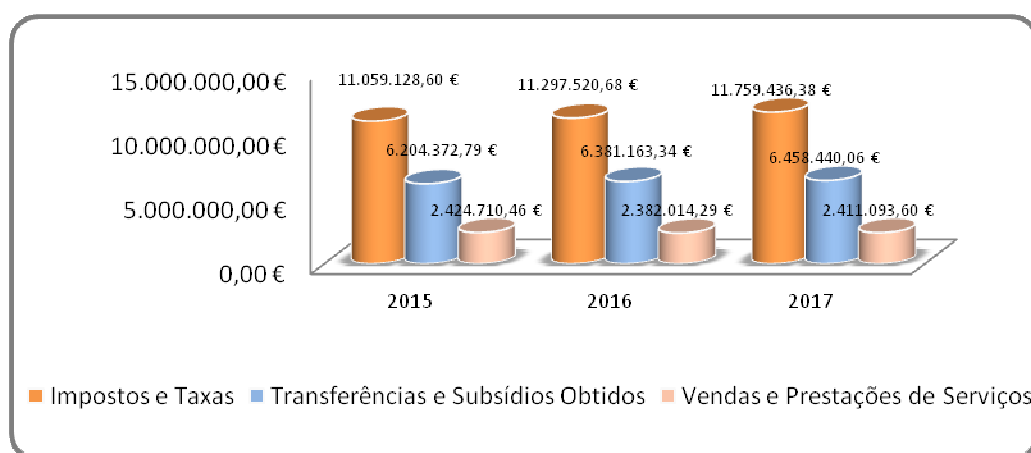
Em acréscimo de custos encontram-se registados os montantes estimados com remunerações a liquidar, que em 1 de janeiro de 2018, vencem os direitos de férias e subsídios de férias do pessoal, juros de empréstimos bancários e outros encargos de instalações, nomeadamente água, eletricidade, gás, comunicações, entre outros.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

PROVEITOS

| Descrição | Quadro dos Proveitos | | | | | |
|--|------------------------|----------------|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
| | 2017 | % | 2016 | % | 2015 | % |
| Vendas e Prestações de Serviços | 2.411.093,60 € | 10,33% | 2.382.014,29 € | 10,43% | 2.424.710,46 € | 10,70% |
| Impostos e Taxas | 11.759.436,38 € | 50,40% | 11.297.520,68 € | 49,45% | 11.059.128,60 € | 48,82% |
| Variação da Produção | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Trabalhos para a Própria Entidade | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Proveitos Suplementares | 40.563,52 € | 0,17% | 41.639,65 € | 0,18% | 36.190,07 € | 0,16% |
| Transferências e Subsídios Obtidos | 6.458.440,06 € | 27,68% | 6.381.163,34 € | 27,93% | 6.204.372,79 € | 27,39% |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | 51.056,47 € | 0,22% | 38.517,35 € | 0,17% | 42.583,12 € | 0,19% |
| Proveitos e Ganhos Financeiros | 617.881,27 € | 2,65% | 550.060,58 € | 2,41% | 634.600,81 € | 2,80% |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários | 1.995.192,64 € | 8,55% | 2.156.280,15 € | 9,44% | 2.249.083,05 € | 9,93% |
| Total de Proveitos | 23.333.663,94 € | 100,00% | 22.847.196,04 € | 100,00% | 22.650.668,90 € | 100,00% |

As rubricas mais significativas na estrutura dos proveitos são as de “*Impostos e taxas*” e “*Transferências e subsídios obtidos*” que representam respetivamente, 50,40% e 27,68%. O peso da primeira das rubricas, em termos de valor, registou um aumento relativamente ao exercício anterior de 4,09%, salientando-se aqui o acréscimo verificado nas rubricas do imposto municipal s/ as transmissões onerosas de imóveis e do imposto único de circulação em 471.391,93€ e 42.722,73€, respetivamente. Em sentido contrário, verificou-se uma diminuição na receita do imposto s/ imóveis em 155.554,63€ e de 63.723,60€ na receita de derrama, isto quando comparando com o período homólogo de 2016.



Nota-se um muito ligeiro aumento da dependência do Município relativamente à rubrica de receitas “Impostos e Taxas”, que passou de 49,45% para 50,40%, podendo sujeitar o Município a oscilações anuais, em função do consagrado na Lei do Orçamento de Estado para cada ano ou daquilo que for decidido pelos órgãos municipais em cada ano relativamente às taxas de IMI ou da Participação no IRS ou ainda da Derrama

Na rubrica “*Vendas e Prestações de Serviços*” notou-se em 2017 um ligeiro acréscimo de 29.079,31€, comparativamente com o exercício anterior.

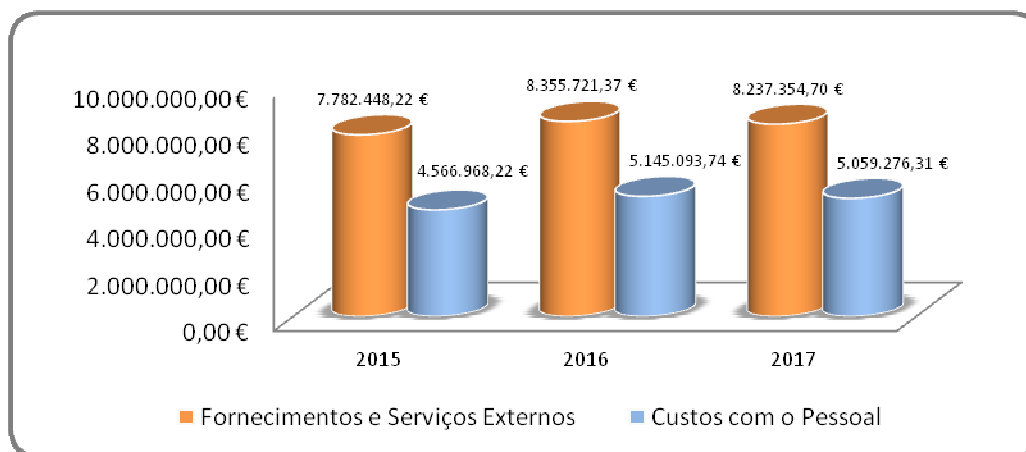
Em termos absolutos, verificou-se um aumento de 486.467,90€, nos proveitos totais relativamente ao exercício de 2016, correspondendo a um acréscimo de 2,13%.

CUSTOS

| Quadro dos Custos | | | | | | |
|---|------------------------|-------------|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
| Descrição | 2017 | % | 2016 | % | 2015 | % |
| CMVMC | 16.699,17 € | 0,08% | 14.917,43 € | 0,08% | 9.189,47 € | 0,05% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 8.237.354,70 € | 40,40% | 8.355.721,37 € | 42,06% | 7.782.448,22 € | 39,39% |
| Custos com o Pessoal | 5.059.276,31 € | 24,82% | 5.145.093,74 € | 25,90% | 4.566.968,22 € | 23,11% |
| Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais | 364.520,09 € | 1,79% | 440.045,91 € | 2,22% | 304.669,14 € | 1,54% |
| Amortizações do Exercício | 4.447.528,31 € | 21,82% | 4.256.144,37 € | 21,43% | 4.326.631,83 € | 21,90% |
| Provisões do Exercício | 130.296,49 € | 0,64% | 67.124,89 € | 0,34% | 903.800,65 € | 4,57% |
| Outros Custos e Perdas Operacionais | 20.449,16 € | 0,10% | 18.795,79 € | 0,09% | 30.211,02 € | 0,15% |
| Custos e Perdas Financeiras | 237.918,77 € | 1,17% | 245.348,02 € | 1,24% | 307.873,17 € | 1,56% |
| Custos e Perdas Extraordinárias | 1.872.988,58 € | 9,19% | 1.321.669,01 € | 6,65% | 1.526.341,95 € | 7,73% |
| Total de Custos | 20.387.031,58 € | 1,00 | 19.864.860,53 € | 100,00% | 19.758.133,67 € | 100,00% |

As rubricas mais preponderantes na estrutura de custos, são os “*Fornecimentos e serviços externos*” e os “*Custos com o pessoal*”, que representam 40,40% e 24,82%, respetivamente, percentagens que se denotam com ligeiras variações relativamente às verificadas em 2016, o que demonstra um eficiente controlo dos custos. Salienta-se um decréscimo de mais de 200 mil euros nas rubricas sobreditas.

Verifica-se ainda na rubrica de amortizações do exercício um aumento que ascende a 191 mil euros.



Foram constituídas provisões de cobrança duvidosa, nomeadamente aquelas que respeitam aos valores de resíduos sólidos urbanos cuja cobrança é realizada pela AdRA, bem como para pensões, totalizando as duas 130.296,49€.

As flutuações verificadas nas rubricas de “*Custos e perdas financeiras*” e “*Custos e perdas extraordinárias*” são explicadas nas notas que se seguem.

RESULTADOS

| Resultados Operacionais | | | | |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|---------------------|
| Descrição | 2017 | 2016 | 2015 | Varição 2017/16 |
| Proveitos Operacionais | | | | |
| Vendas e Prestações de Serviços | 2.411.093,60 € | 2.382.014,29 € | 2.424.710,46 € | 29.079,31 € |
| Impostos e Taxas | 11.759.436,38 € | 11.297.520,68 € | 11.059.128,60 € | 461.915,70 € |
| Proveitos Suplementares | 40.563,52 € | 41.639,65 € | 36.190,07 € | -1.076,13 € |
| Transferências e Subsídios Obtidos | 6.458.440,06 € | 6.381.163,34 € | 6.204.372,79 € | 77.276,72 € |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | 51.056,47 € | 38.517,35 € | 42.583,12 € | 12.539,12 € |
| Sub-total | 20.720.590,03 € | 20.140.855,31 € | 19.766.985,04 € | 579.734,72 € |
| Custos Operacionais | | | | |
| CMVMC | 16.699,17 € | 14.917,43 € | 9.189,47 € | 1.781,74 € |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 8.237.354,70 € | 8.355.721,37 € | 7.782.448,22 € | -118.366,67 € |
| Custos com o Pessoal | 5.059.276,31 € | 5.145.093,74 € | 4.566.968,22 € | -85.817,43 € |
| Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais | 364.520,09 € | 440.045,91 € | 304.669,14 € | -75.525,82 € |
| Amortizações do Exercício | 4.447.528,31 € | 4.256.144,37 € | 4.326.631,83 € | 191.383,94 € |
| Provisões do Exercício | 130.296,49 € | 67.124,89 € | 903.800,65 € | 63.171,60 € |
| Outros Custos e Perdas Operacionais | 20.449,16 € | 18.795,79 € | 30.211,02 € | 1.653,37 € |
| Sub-total | 18.276.124,23 € | 18.297.843,50 € | 17.923.918,55 € | -21.719,27 € |
| Resultados Operacionais | 2.444.465,80 € | 1.843.011,81 € | 1.843.066,49 € | 601.453,99 € |

A análise do quadro infra, permite-nos concluir que os proveitos operacionais continuam a ultrapassar substancialmente, os custos de igual natureza, refletindo-se em resultados operacionais em cerca de 2,5 milhões de euros.

O crescimento verificado face a 2016, resulta do aumento de proveitos, nomeadamente na cobrança de impostos (conforme referido anteriormente), e na diminuição das rubricas de fornecimento e serviços externos e dos custos com o pessoal.

| Resultados Financeiros | | | | |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|
| Descrição | 2017 | 2016 | 2015 | Varição 2017/16 |
| Proveitos e Ganhos Financeiros | 617.881,27 € | 550.060,58 € | 634.600,81 € | 67.820,69 € |
| Custos e Perdas Financeiras | 237.918,77 € | 245.348,02 € | 307.873,17 € | -7.429,25 € |
| Resultados Financeiros | 379.962,50 € | 304.712,56 € | 326.727,64 € | 75.249,94 € |

Notou-se um aumento em valores absolutos e que se cifra em 75.249,94€.

Refira-se que na rubrica de proveitos financeiros é imputada, anualmente e por um período de 50 anos, a quota-parte da retribuição no âmbito do contrato de concessão de água e saneamento, e que se cifra em cerca de 230 mil euros anuais.

Salienta-se também a continuada diminuição na rubrica de custos e perdas financeiras, justificado pelo débito de juros de mora, resultado do cumprimento dos prazos estabelecidos pelos fornecedores para liquidação dos seus documentos, bem como pela diminuição dos encargos com os juros dos empréstimos bancários.

| Resultados Extraordinários | | | | |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Descrição | 2017 | 2016 | 2015 | Varição 2017/16 |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários | 1.995.192,64 € | 2.156.280,15 € | 2.249.083,05 € | -161.087,51 € |
| Custos e Perdas Extraordinárias | 1.872.988,58 € | 1.321.669,01 € | 1.526.341,95 € | 551.319,57 € |
| Resultados Extraordinários | 122.204,06 € | 834.611,14 € | 722.741,10 € | -712.407,08 € |

Na análise efetuada aos resultados extraordinários, apesar do aumento da rubrica de custos, relativamente ao exercício anterior, verifica-se um resultado positivo de 122.204,06€.

A variação em cerca de 500 mil euros na rubrica custos e perdas extraordinárias, quando comparada com o exercício anterior, justifica-se fundamentalmente pelo aumento do montante a atribuir às Freguesias, e que respeita ao contrato administrativo de delegação de competências, bem como pelo valor transferido para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, no âmbito do aditamento ao protocolo de cooperação técnica (construção do Novo Quartel), e que se cifrou em 250mil€.

Verificou-se ainda na rubrica supra uma regularização contabilística, no âmbito da doação do edifício sede da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, registando-se o abate deste edifício ao património do Município.

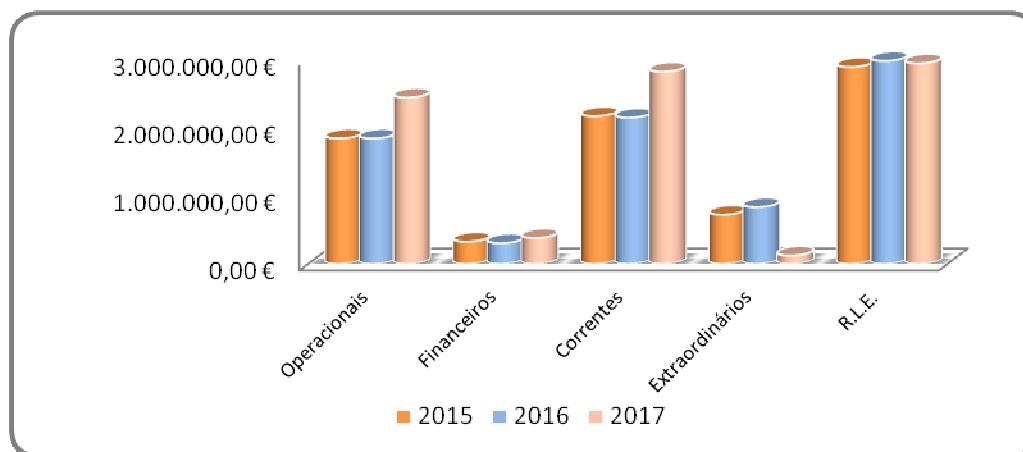
Destaca-se na rubrica de proveitos extraordinários os valores recebidos a título da renda de concessão da EDP, ao ritmo de uma tranche (178 mil euros) por trimestre, assim como cerca de 200 mil euros respeitantes a venda de lotes na Zona Industrial da Mota (ZIM). Foi igualmente recebido, o valor de 255.429,01€, e que respeita a uma regularização de juros de mora, relativamente ao pagamento dos impostos municipais sobre Imóveis (IMI) e sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) dos últimos 12 anos.

| Quadro dos Resultados | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Descrição | 2017 | 2016 | 2015 | Varição 2017/16 |
| Resultados Operacionais | 2.444.465,80 € | 1.843.011,81 € | 1.843.066,49 € | 601.453,99 € |
| Resultados Financeiros | 379.962,50 € | 304.712,56 € | 326.727,64 € | 75.249,94 € |
| Resultados Correntes | 2.824.428,30 € | 2.147.724,37 € | 2.169.794,13 € | 676.703,93 € |
| Resultados Extraordinários | 122.204,06 € | 834.611,14 € | 722.741,10 € | -712.407,08 € |
| Resultado Líquido do Exercício | 2.946.632,36 € | 2.982.335,51 € | 2.892.535,23 € | -35.703,15 € |

O resultado líquido do exercício tem a sua origem fundamentalmente na atividade operacional, ao qual é somado o contributo dos resultados financeiros e resultados extraordinários, evidencia também que os custos da autarquia se encontram controlados, sendo substancialmente inferiores aos proveitos, e que traduz uma capacidade de o município gerar receita, para fazer face às suas despesas, criando assim margem para, de forma sustentável, continuar a consolidar o investimento.

O Município de Ílhavo encerrou as suas contas referente ao exercício económico de 2017 com um resultado líquido de 2.946.632,36€, valor muito aproximado ao estabelecer um paralelismo com o período homólogo de 2016, o que é de salientar em mais um ano particularmente difícil, com a manutenção ainda de uma diminuta atividade económica, em sentido crescente, mas que demonstra que é possível manter os resultados francamente positivos como os obtidos com níveis de investimento realizado, com a manutenção dos eventos municipais já tradicionais e de toda a atividade normal de um Município sem esquecer a concretização do continuado reforço do apoio ao tecido associativo bem como às Juntas de Freguesia, que neste último caso se cifrou em 300.000,00€.

Ao longo do triénio, os resultados evoluíram conforme gráfico que se segue.



INDICADORES

| Rácios | | 2017 | 2016 |
|---|---|---------|---------|
| Rendibilidade Líquida do Ativo | $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo}}$ | 1,64% | 1,67% |
| Liquidez Geral | $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Exigível a Curto Prazo}}$ | 128,78% | 126,33% |
| Liquidez Imediata | $\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Exigível a Curto Prazo}}$ | 43,60% | 49,28% |
| Índice de Insolvência | $\frac{\text{Divida a Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$ | 9,39% | 10,50% |
| Solvabilidade | $\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}}$ | 162,27% | 153,92% |
| Índice de Autonomia | $\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo Total}}$ | 61,87% | 60,62% |
| Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes | $\frac{\text{Capitais Permanentes}}{\text{Imobilizado Líquido}}$ | 75,95% | 75,55% |

A **Rendibilidade Líquida do Ativo**, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como a relação entre custos e proveitos. O resultado deste rácio indica que no exercício de 2017, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os custos a serem menores que os proveitos em cerca de 1,64% do ativo.

A regra do equilíbrio financeiro preconiza que a **Liquidez Geral**, em termos percentuais, seja superior a 100%, significando nesse caso que não se aproximam situação de dificuldades no que respeita a tesouraria. As finanças do Município em 2017, superaram largamente esse valor, com este rácio a atingir os 128,78%, e demonstrando uma evolução positiva face a 2016.

A **Liquidez Imediata** mede a existência atual, de dificuldades de tesouraria. O Município apresenta em disponibilidades o valor de 43,60%, das suas dívidas de curto prazo, sendo entendidas como dívidas de curto prazo, o valor do Fundo de Apoio Municipal (valor realizável em 2018) e restantes dívidas a terceiros. Isto traduz o cumprimento do preceito legal, que obriga o Município a ter em disponibilidades para liquidar de imediato o total das cauções retidas em dinheiro a terceiros e operações de tesouraria, cujo montante em 31/12/2017 se cifrava em 979.972,63€.

O **Índice de Solvência** indica a capacidade que a edilidade tem, para com o seu ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 9,39% traduz a fraca dependência relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros. A melhoria deste indicador de 2016 para 2017, reflete o aumento do ativo municipal e a redução do passivo bancário.

O rácio de **Solvabilidade** indica a capacidade para solver os compromissos de carácter financeiro. O valor indicado por este rácio é de 162,27% (153,92% em 2016) ou seja, o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas do Município, tendo até o Município aumentado o montante dos seus Fundos Próprios em 2,73%.

A estrutura do financiamento das ações da autarquia pode ser analisada, através do **Índice da Autonomia**, que mede até que ponto a atividade está a ser financiada com capitais angariados pela edilidade, o rácio de 61,87%, evidencia que nas iniciativas municipais o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida.

A **Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes** evidencia o valor do imobilizado coberto pelos Fundos Próprios e do recurso ao crédito junto da banca, bem como de terceiros com prazos superiores a 1 ano. O valor deste rácio (75,95%) revela a capacidade da autarquia em alavancar o investimento com recurso a capitais alheios, principalmente financiamento comunitário.

O Município de Ílhavo possuía a 31/12/2017 liquidez de tesouraria, uma posição financeira sólida, derivada de um elevado e crescente grau de autonomia face a credores conjugado com um forte peso do ativo fixo e uma situação económica, em que os proveitos operacionais excedem largamente os custos operacionais, os custos financeiros foram substancialmente inferiores aos proveitos financeiros e os proveitos extraordinários superaram também os custos extraordinários. No global os proveitos são superiores aos custos, traduzindo-se num resultado líquido amplamente positivo de cerca de 3 milhões de euros.

Os valores obtidos nos rácios apresentados demonstram que o Município tem capacidade de satisfazer os seus compromissos financeiros de longo prazo, como aliás se tem sido seu apanágio.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTAL

Para a uma análise mais detalhada da estrutura orçamental do Município de Ílhavo deve-se ter em consideração os mapas de execução do orçamento (receita e despesa) que acompanham os documentos de Prestação de Contas.

ORÇAMENTO

Resumo do Orçamento

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução orçamental do Município de Ílhavo, para além do cumprimento deste princípio, canaliza a formação da poupança corrente, que se cifrou em 7,4M€, no financiamento de despesas de capital.

A taxa de execução do orçamento da receita (inclui o valor de reembolsos/restituições emitidos) atingiu os 85,09%, com um total arrecadado de 22.980.667,25€, quando o grau de execução nos períodos homólogo de 2015 e 2016, cifravam-se em 85,25% e 88,09%, respetivamente.

As receitas correntes cobradas brutas ascenderam a 21.579.377,00€, e em contrapartida o montante total executado de receitas de capital ascende a 699.953,42€.

A despesa executada foi de 22.213.136,96€, o que se traduz num nível de execução de 82,25%, quando em período homólogo de 2016 era de 85,19% e em 2015 de 80,77%, respetivamente.

Foi executado o montante de 14.179.210,44€, das despesas correntes orçadas, sendo que no que respeita a despesas de capital, esse valor cifrou-se em 8.033.926,52€.

O quadro infra demonstra a evolução da execução orçamental de 2017 comparativamente com os valores executados no exercício de 2016.

| Descrição | 2017 | 2016 | Variação |
|--------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|
| Receitas Cobradas Brutas | 23.226.538,07 € | 25.555.136,21 € | -2.328.598,14 € |
| Despesas Pagas | 22.213.136,96 € | 24.608.104,23 € | -2.394.967,27 € |
| Saldo | 1.013.401,11 € | 947.031,98 € | 66.369,13 € |

De acordo com o quadro seguinte, verificamos que o Município de Ílhavo apresentou em 2017 um saldo global de 2,5 milhões de euros, que reflete a diferença entre as receitas efetivas (receitas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros) e as despesas efetivas (despesas totais menos os ativos e passivos financeiros), quando em 2016 esse saldo ascendia a 1,25 milhões de euros.

Por outras palavras, o saldo apresentado em 2017 representa que o equilíbrio das contas não assenta na obtenção de financiamento externo, mas antes na capacidade de autofinanciamento do Município, resultado de uma gestão eficiente da despesa, permitindo uma redução gradual da dívida municipal, sem contudo colocar em causa os investimentos estratégicos do concelho de Ílhavo.

| Descrição | 2017 | 2016 | Variação |
|------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Receitas Correntes Cobradas Brutas | 21.579.377,00 € | 21.071.998,91 € | 507.378,09 € |
| Receitas de Capital (efetiva) | 699.953,42 € | 2.199.999,35 € | -1.500.045,93 € |
| Receita Efetiva (1) | 22.279.330,42 € | 23.271.998,26 € | -992.667,84 € |
| Despesas Correntes | 14.179.210,44 € | 13.886.931,98 € | 292.278,46 € |
| Despesas de Capital (efetiva) | 5.568.098,66 € | 8.129.561,92 € | -2.561.463,26 € |
| Despesa Efetiva (2) | 19.747.309,10 € | 22.016.493,90 € | -2.269.184,80 € |
| Saldo Corrente | 7.400.166,56 € | 7.185.066,93 € | 215.099,63 € |
| Saldo Capital | -4.868.145,24 € | -5.929.562,57 € | 1.061.417,33 € |
| Saldo Global (1) - (2) | 2.532.021,32 € | 1.255.504,36 € | 1.276.516,96 € |

RECEITA

Execução Orçamental da Receita

A análise da receita far-se-á comparando os valores previstos com os efetivamente cobrados, em 2017, bem como a sua evolução ao longo de períodos anteriores, identificando as parcelas mais relevantes da estrutura da receita, assim como justificar as principais variações.

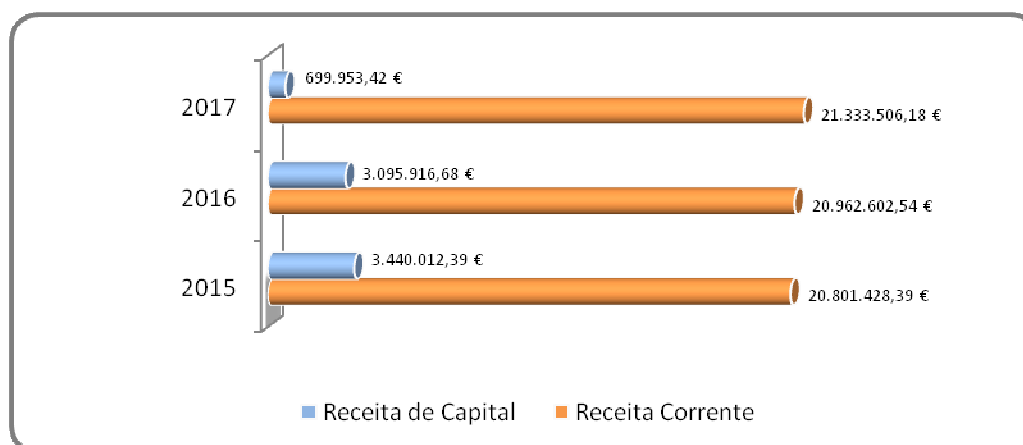
Serão analisadas a execução e a evolução da receita global e das suas componentes, corrente e de capital.

Evolução da Receita

Da análise do gráfico infra verificamos que receita total (expurgado o valor das reposições não abatidas nos pagamentos bem como do saldo de gerência anterior) obteve uma diminuição de 8,42% relativamente ao ano de 2016, o que significa um decréscimo de cerca 2,0M euros, justificado pelo atraso no recebimento de verbas comunitárias, bem como pela entrada, em 2016, do empréstimo para aquisição do terreno onde se encontra instalada a Biblioteca Municipal e o Fórum da Juventude de Ílhavo.

Em 2017, as receitas correntes aumentaram 370.903,64 de euros (+1,77), tendo as receitas de capital diminuído aproximadamente 2,4M euros (-77%), esta última fruto do referido anteriormente.

Fazendo a análise estrutural da receita cobrada em 2017, constata-se que a componente corrente é superior à de capital. Em termos de peso relativo na receita total, a receita corrente e a de capital representam 96,82% e 3,18%, respetivamente.



As receitas provenientes dos impostos diretos com cerca de 10,7 milhões de euros constituem a fonte de receita com maior peso relativo, 48,59% do total arrecadado, seguidas das transferências correntes e venda de bens e serviços (8,8 M€), que em 2017 foram responsáveis por 39,84% da receita do Município.

Grau de Execução da Receita

Quando comparamos a receita cobrada com a prevista, constatamos que a taxa de execução do orçamento da receita em 2017 foi de 85,09%, tendo sido arrecadado o montante de 22.980.667,25 milhões de euros dos 27.007.000,00 milhões de euros orçamentados.

Analisando separadamente as componentes corrente e de capital, observamos que se atingiram taxas de execução de 101,74% e 13,75%, respetivamente, correspondendo a um desvio aproximado de 364 mil euros na receita corrente, tendo a de capital ficado aquém do orçamentado em 4,4 M€.

No que a receita corrente diz respeito, o desvio verificado justifica-se com o encaixe em cerca de 400 mil euros do imposto municipal sobre imóveis comparativamente com o previsto, embora compreensível dado que se cumpriu com a regra previsional do registo do valor em função da média dos 24 meses anteriores à data da elaboração do orçamento num período em que se verificou um crescimento do valor de IMI em função da avaliação geral a que os prédios foram sujeitos. No mesmo sentido, também se verificou um valor recebido superior ao previsto, na ordem de 300 mil euros, relativamente ao IMT.

Relativamente à componente de capital, o principal motivo para o desvio verificado prende-se com uma execução abaixo do previsto das receitas resultante das vendas de bens de investimento, apesar de se ter obtido uma taxa de execução de 70,18%, e no atraso de recebimento de verbas comunitárias de projetos financiados.

Em comparação com os períodos homólogos de 2015 (85,25%) e 2016 (88,09%), concluímos que em 2017 se registou uma tendência positiva na taxa de execução da receita global (85,09%) e que este executivo pretende continuar a manter acima dos 85%.

Por conseguinte, a execução do orçamento da receita acima dos 85%, no triénio em análise, atesta a capacidade de realização de receita do Município de Ílhavo, e o rigor das previsões efetuadas.

| Receita | Previsões Corrigidas | Receita Cobrada Líquida € | % | Varição | % Execução |
|--|-------------------------|------------------------------|---------------|------------------------|----------------|
| RECEITA CORRENTE | 20.969.188,02 € | 21.333.506,18 € | 92,83% | 364.318,16 € | 101,74% |
| IMPOSTOS DIRETOS | 10.007.100,00 € | 10.705.158,84 € | 46,58% | 698.058,84 € | 106,98% |
| IMPOSTOS INDIRETOS | 195.000,00 € | 264.112,67 € | 1,15% | 69.112,67 € | 135,44% |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 520.168,02 € | 535.177,96 € | 2,33% | 15.009,94 € | 102,89% |
| RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 791.700,00 € | 1.006.670,36 € | 4,38% | 214.970,36 € | 127,15% |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 6.347.920,00 € | 6.082.484,96 € | 26,47% | -265.435,04 € | 95,82% |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 3.097.000,00 € | 2.695.068,99 € | 11,73% | -401.931,01 € | 87,02% |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 10.300,00 € | 44.832,40 € | 0,20% | 34.532,40 € | 435,27% |
| RECEITA DE CAPITAL | 5.089.388,00 € | 699.953,42 € | 3,05% | -4.389.434,58 € | 13,75% |
| VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 301.200,00 € | 211.369,11 € | 0,92% | -89.830,89 € | 70,18% |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 4.787.588,00 € | 488.518,68 € | 2,13% | -4.299.069,32 € | 10,20% |
| ATIVOS FINANCEIROS | 100,00 € | 0,00 € | 0,00% | -100,00 € | 0,00% |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 300,00 € | 0,00 € | 0,00% | -300,00 € | 0,00% |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 200,00 € | 65,63 € | 0,00% | -134,37 € | 32,82% |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 1.392,00 € | 175,67 € | 0,00% | -1.216,33 € | 12,62% |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 947.031,98 € | 947.031,98 € | 4,12% | 0,00 € | 100,00% |
| | 27.007.000,00 € | 22.980.667,25 € | | -4.025.116,42 € | 85,09% |

Receita Corrente

A observação do quadro supra permite-nos analisar a estrutura e a execução da receita corrente e de capital.

Os impostos diretos, com uma execução de 106,98 %, representam a maior parcela de receita corrente, com um peso relativo de 48,59%, totalizando mais de 10,7 milhões de euros. Destes, cerca de 7,7 milhões de euros foram cobrados em sede de imposto municipal s/ imóveis e 1,4 milhões de euros respeitantes a imposto municipal s/ transmissões de imóveis. Já os impostos indiretos geraram uma receita de 0,26 milhões de euros.

Confirmando o panorama de exercícios anteriores, podemos observar que os impostos diretos e as transferências representam 73% das receitas totais do Município.

Com uma cobrança total de 11,5 milhões de euros em 2017, o agregado das receitas provenientes dos impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades representam 53,93% das receitas correntes.

Analisando os valores, apercebemo-nos da evolução dos principais grupos da receita corrente.

Desta forma, destaca-se também o peso relativo que as transferências correntes assumiram neste exercício, cerca de 28,51% do total das receitas correntes.

Note-se ainda o peso das vendas e prestações de serviços que se cifra em 12,63%, das receitas correntes e de 11,73% do total das receitas.

Podemos concluir que em 2017 a receita corrente se mantém como principal fonte de recursos municipais e revela-se fundamental para a manutenção da capacidade de autofinanciamento do Município.

O excedente desta receita que não é utilizado em Despesas Correntes, cerca de 7,4 milhões de euros, fruto do cumprimento do princípio orçamental do duplo equilíbrio, foi aplicado em Despesas de Capital.

Receitas Fiscais

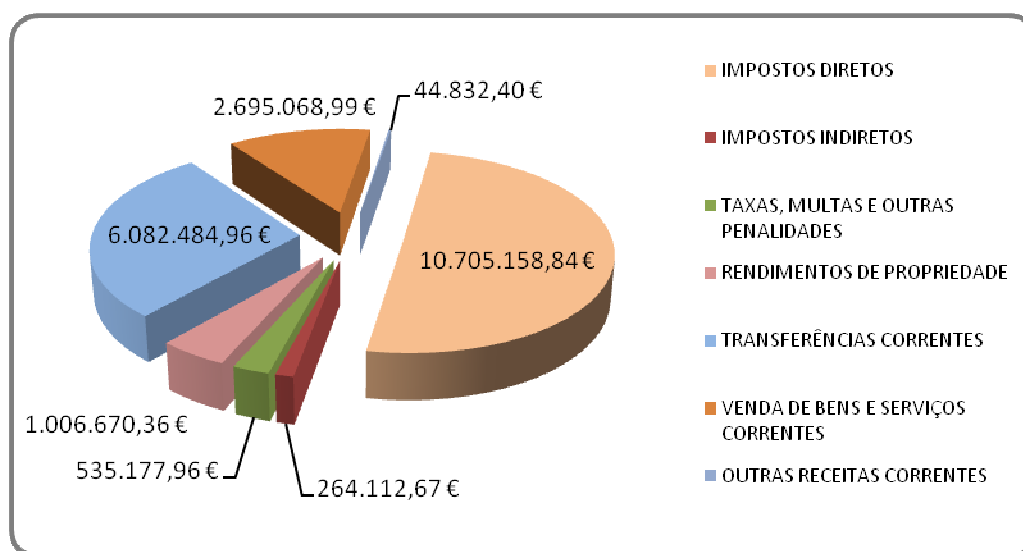
As Receitas Fiscais que, como anteriormente referido, representam 53,93% do total das receitas correntes, serão em seguida alvo de uma análise mais detalhada.

Os Impostos Diretos cobrados representam a maior parcela das receitas fiscais, com um peso relativo de 93,05% e um total arrecadado de 10,7 milhões de euros, o que significa um ligeiro aumento de 0,05 milhões de euros relativamente ao ano anterior, resultado do aumento das cobranças de imposto municipal sobre transmissões de imóveis (+30,70%) e pela cobrança de imposto único de circulação

(+4,54%). Em sentido inverso verificou-se uma diminuição na cobrança de imposto municipal sobre imóveis (-1,87%) e na cobrança de derrama (-8,90%).

As receitas provenientes dos impostos indiretos diminuíram quando comparadas com o ano anterior, em 74.366,69€, enquanto as taxas, multas e outras penalidades aumentaram 99,75%, esta última justificada por uma regularização de juros de mora relativamente ao pagamento dos impostos municipais sobre imóveis (IMI) e sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), dos últimos 12 anos, e que se cifrou em 0,25M de euros.

O gráfico infra espelha o peso de cada uma das parcelas nas receitas correntes.

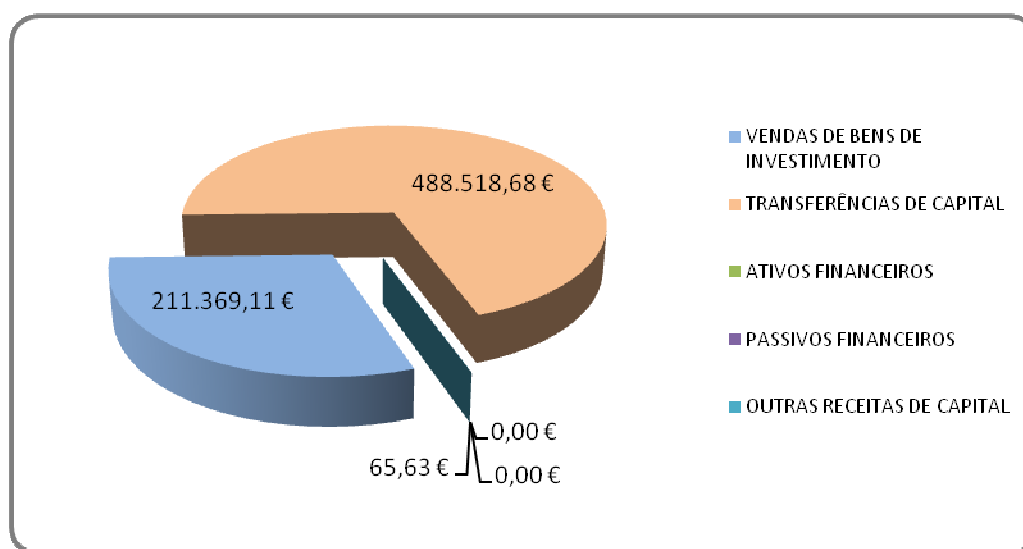


Receita de Capital

A Receita de Capital totalizou cerca de 0,7 milhões de euros em 2017, o que corresponde a 3,05% da receita total, sendo o seu grau de execução de 13,75%.

Destacamos a rubrica de transferências de capital com uma percentagem de execução de 10,20%, mantendo-se as circunstâncias dos últimos anos no que respeita à imprevisibilidade da receita, nomeadamente no recebimento das obras financiadas, com valores por receber, e que corresponde a empreitadas em curso, ainda os 5% finais de obras já concluídas, bem como em regime de *overbooking*, nomeadamente a Via de Acesso ao PCI, ou ainda o acesso a novos fundos do quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, alguns dos quais no âmbito da parceria existente com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

De igual forma e à semelhança das receitas correntes, apresentamos um gráfico demonstrativo da divisão por rubricas das receitas de capital.



DESPESA

Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, propomo-nos a analisar as despesas do Município, no ano de 2017.

Procederemos a comparação dos valores inscritos no orçamento final com as despesas pagas, o que permitira chegar aos valores de execução das várias componentes da despesa.

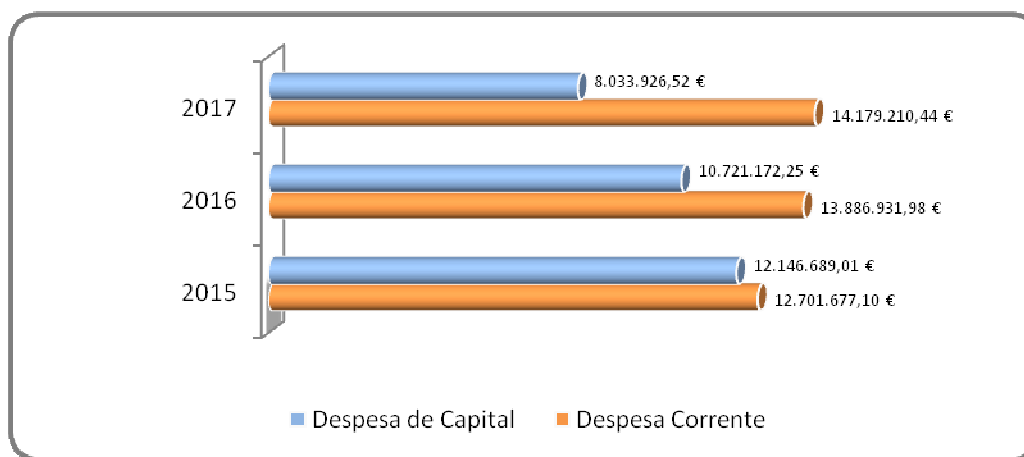
Faremos também um estudo da evolução das despesas ao longo dos últimos períodos, bem como da sua estrutura.

Evolução da Despesa

Como já foi referido, a despesa global diminuiu no último exercício 2,40 milhões de euros (-9,73%), quando comparado com o ano de 2016, tendo a despesa corrente aumentado em cerca de 0,30 M€ (+2,10%) e a despesa de capital sofrido uma diminuição de 2,70M€ (-25,06%).

Do lado da despesa corrente, a variação verificada nas despesas com o pessoal, que diminuiram 0,25 milhões de euros, menos 4,23% do que o valor pago em 2016, justificado em parte pelas alterações

remuneratórias dos trabalhadores por força da opção do Executivo Municipal, cujo pagamento foi realizado integralmente durante o exercício de 2016.



Quanto à despesa de capital, a diminuição de 2,9 milhões de euros em “Aquisição de Bens de Capital”, menos 41,96% do que em 2016, foi a principal causa do decréscimo no investimento municipal total, em parte explicado pela diferença de despesa paga relativamente à empreitada de rede de águas residuais e pluviais, que em 2016 se cifrou em mais de 2,2M€, enquanto que no exercício em análise esse valor ascendeu aproximadamente a 170 mil euros.

Grau de Execução da Despesa

O total de despesa global paga em 2017 ascendeu a 22.213.136,96 de euros apresentando uma taxa de execução de 82,25%, quando em período homólogo de 2016 era de 85,19% e em 2015 de 80,77%.

É também uma orientação a ser maximizada por este executivo, e verifica-se aqui e igualmente uma tendência bastante meritória, mantendo a percentagem de execução acima dos 80%, nos últimos três anos.

Quanto à estrutura do orçamento executado da despesa, verificamos que a Despesa Corrente tem um peso relativo de 63,83%, totalizando 14,2 milhões de euros, e a Despesa de Capital, com um total pago de 8,0 milhões de euros, representa 36,17%.

Quanto ao nível de execução em relação ao orçamento final representados no quadro infra, as despesas correntes atingem os 82,15%, enquanto as despesas de capital cifram-se em 82,42%, de acordo com a análise que se segue.

| Despesa | Dotações Corrigidas | Despesas Pagas € | % | Variação | % Execução |
|------------------------------|------------------------|------------------------|---------------|------------------------|---------------|
| DESPESA CORRENTE | 17.259.838,08 € | 14.179.210,44 € | 63,83% | -3.080.627,64 € | 82,15% |
| DESPESAS COM O PESSOAL | 5.861.800,00 € | 5.581.875,38 € | 25,13% | -279.924,62 € | 95,22% |
| AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 10.406.036,84 € | 7.726.182,58 € | 34,78% | -2.679.854,26 € | 74,25% |
| JUROS E OUTROS ENCARGOS | 239.451,24 € | 236.540,30 € | 1,06% | -2.910,94 € | 98,78% |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 444.550,00 € | 345.241,71 € | 1,55% | -99.308,29 € | 77,66% |
| SUBSÍDIOS | 500,00 € | 0,00 € | 0,00% | -500,00 € | 0,00% |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 307.500,00 € | 289.370,47 € | 1,30% | -18.129,53 € | 94,10% |
| DESPESA DE CAPITAL | 9.747.161,92 € | 8.033.926,52 € | 36,17% | -1.713.235,40 € | 82,42% |
| AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 5.488.560,00 € | 4.007.688,68 € | 18,04% | -1.480.871,32 € | 73,02% |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.761.100,00 € | 1.560.409,98 € | 7,02% | -200.690,02 € | 88,60% |
| ATIVOS FINANCEIROS | 196.243,00 € | 165.243,00 € | 0,74% | -31.000,00 € | 84,20% |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 2.301.258,92 € | 2.300.584,86 € | 10,36% | -674,06 € | 99,97% |
| | 27.007.000,00 € | 22.213.136,96 € | | -4.793.863,04 € | 82,25% |

Despesa Corrente

A despesa corrente realizada ascendeu a 14,2 milhões de euros, apresentando um crescimento de 2,10%, ou seja, mais 0,3 milhões de euros do que em 2016.

O grau de execução do orçamento das despesas correntes foi de 82,15%, ficando 3,0 milhões e euros abaixo do orçamentado. As principais variações negativas em relação ao orçamento final referem-se à aquisição de bens e serviços (-2,7 M€), nas despesas com pessoal (-0,28 M€) e nas aquisições de bens de capital (-1,50 M€).

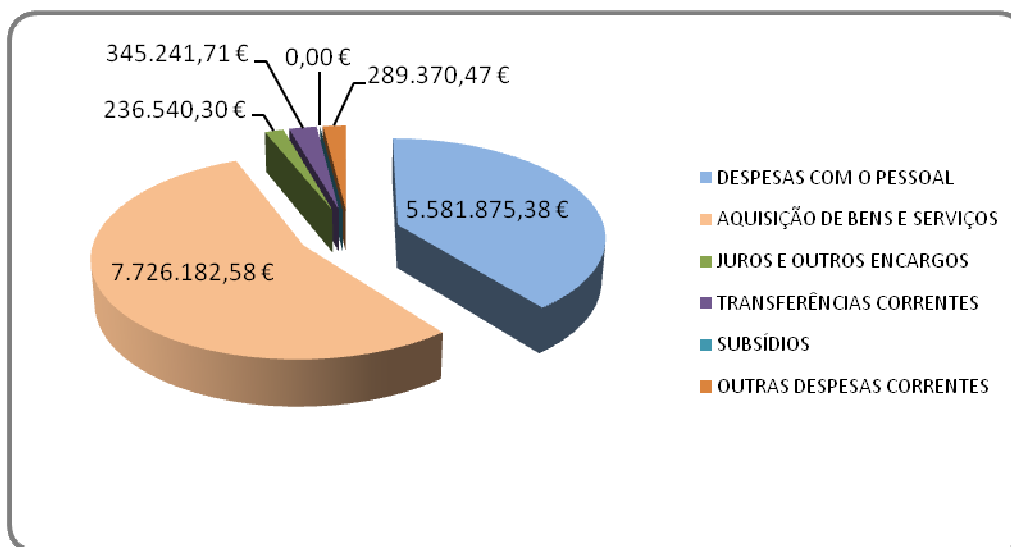
As aquisições de bens e serviços mantém-se como a rubrica de despesa com maior influência (54,49% das despesas correntes e 34,78% das despesas totais), apresentando um total pago de 7,7 milhões de euros, 6,26% acima do valor de 2016.

As despesas com pessoal ascenderam a 5,6 milhões de euros, representando 39,37% das despesas correntes e 25,13% do total das despesas, inferior ao valor registado em 2016 e cuja explicação já foi referenciada anteriormente.

As transferências correntes ascenderam a 0,35 milhões de euros, menos 89.040,88 mil euros do que contabilizado no exercício anterior, distribuídos entre as instituições sem fins lucrativos, bolsas de estudo entre outros.

Importante também salientar a manutenção, comparativamente com 2016, na rubrica de juros e outros encargos suportados pelo Município, aqui incluídos os juros às entidades financeiras e aos fornecedores, redução esta a manter e se possível a reduzir, designadamente na componente de juros a fornecedores.

O gráfico infra reflete o peso de cada uma das parcelas nas despesas correntes.



Despesa de Capital

Tendo em consideração a análise do quadro supra, constatamos que as despesas de capital atingiram os 8,0 milhões de euros, com uma taxa de execução de 82,42%.

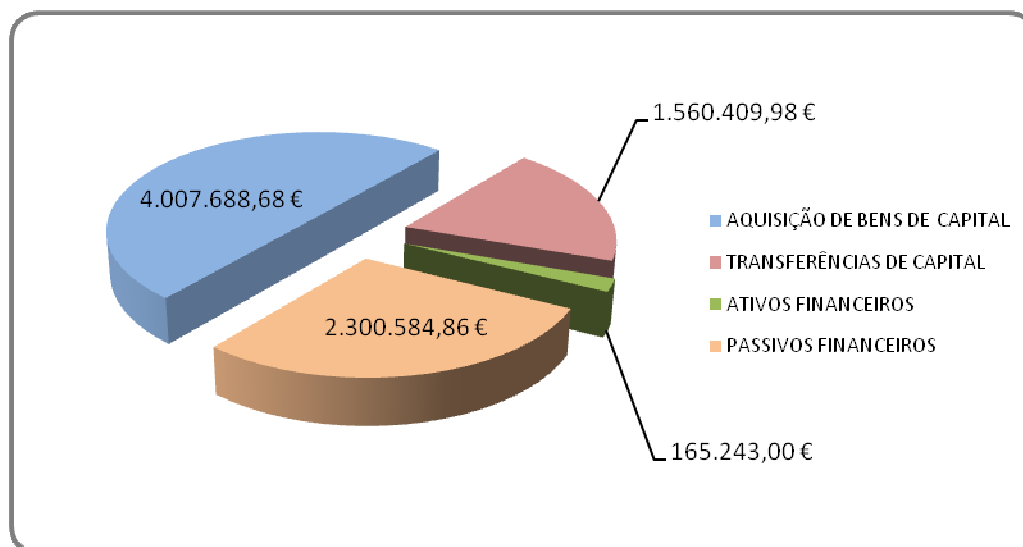
O capítulo “Aquisição de Bens de Capital” representa 49,88% do total das despesas de capital, ou seja, 4,0 milhões de euros. E de salientar que a taxa de execução de 73,02% alcançada nesta rubrica mantendo-se na senda do que se tem verificado nos últimos anos, nomeadamente em 2016 (86,14%) e 2015 (74,59%).

Encontram-se incluídas na rubrica transferências de capital, que atingiu uma taxa de execução de 88,60%, as transferências para as Freguesias (300 mil euros) bem como os acordos de cooperação celebrados com diversas entidades com finalidades distintas, designadamente culturais, desportivas, recreativas e sociais entre outras, e que corresponde a um aumento, estabelecendo paralelismo com o período anterior, de 27,46 pontos percentuais.

O valor inscrito na rubrica de ativos financeiros corresponde à despesa realizada com a participação do Município na contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), cujo valor foi alterado de acordo com as recentes orientações da Lei 114/2017 (OE2018).

As despesas com passivos financeiros, no valor de 2,3 milhões de euros, correspondem a amortização de empréstimos bancários.

De igual forma e à semelhança das despesas correntes, apresentamos um gráfico demonstrativo da divisão por rubricas das despesas de capital.



LIMITES LEGAIS

Equilíbrio Orçamental

Segundo o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no POCAL, o orçamento das autarquias deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, permitindo a aplicação desta regra a formação de um saldo corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

O total de receita arrecadada pelo Município de Ílhavo, tem vindo a superar largamente os pagamentos realizados, registando-se em 2017 num saldo corrente de 7,4M€, conforme o evidenciado no quadro que se segue.

| EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DO POCAL | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| RUBRICAS | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Receitas Correntes | 20.482.799,55 € | 20.801.428,39 € | 21.071.998,91 € | 21.579.377,00 € |
| Despesas Correntes | 13.365.569,18 € | 12.701.677,10 € | 13.886.931,98 € | 14.179.210,44 € |
| Saldo Corrente | 7.117.230,37 € | 8.099.751,29 € | 7.185.066,93 € | 7.400.166,56 € |

Não obstante o princípio do equilíbrio orçamental sobredito, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei no 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 40.º, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Aliado ao bom desempenho financeiro do Município de Ílhavo evidenciado pela poupança corrente do exercício, no valor de 7,4 milhões de euros, destaca-se ainda em 2017 um saldo de equilíbrio orçamental de 5,2 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, cumprindo-se com elevada margem o limite legal.

| EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DA LEI 73/2013 | |
|---|-----------------------|
| Rubricas | Valor |
| Receitas Correntes Cobradas Brutas | 21.579.377,00 € |
| Despesas Correntes Pagas | 14.179.210,44 € |
| Saldo Corrente | 7.400.166,56 € |
| Amortização Média dos EMLP | 2.225.975,36 € |
| Saldo de Equilíbrio Orçamental | 5.174.191,20 € |

O excedente verificado permite potenciar o investimento a realizar pelo município numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade das gerações futuras, princípios fundamentais que devem regular a atividade financeira das autarquias.

Limite da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduziu um novo conceito de dívida. Deixa de existir o trinómio endividamento líquido, de medio e longo prazo e de curto prazo, circunscrevendo-se apenas a um limite, o de dívida total.

De acordo com o art.º 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios.

A acrescentar a isto, uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento/ajustamento que um Município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga Lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite.

Passando a explicar, sempre que um Município não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira. Cumprindo o limite, só pode aumentar, em cada exercício económico, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

A situação da dívida total da estrutura municipal a data de 31 de dezembro de 2017, apresenta-se no quadro seguinte:

Apuramento do limite da "Dívida Total" a 31/12/2017

| | |
|---|------------------------|
| Total receita cobrada nos 3 últimos anos | 62.246.830,48 € |
| Receita corrente cobrada em 2014 | 20.482.799,55 € |
| Receita corrente cobrada em 2015 | 20.801.428,39 € |
| Receita corrente cobrada em 2016 | 20.962.602,54 € |
| Média da receita | 20.748.943,49 € |
| 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos | 31.123.415,24 € |

Apuramento da Dívida Total

| | |
|--|------------------------|
| Dívida total operações orçamentais do Município | 15.199.916,27 € |
| Fornecedores c/c | 1.939.041,12 € |
| Empréstimos | 10.541.018,06 € |
| Fornecedores imobilizado | 844.643,65 € |
| Outros Devedores e Credores (operações orçamentais) | 1.875.213,44 € |
| Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (a) | 809.638,49 € |
| Dívida Total a 31/12/2017 excluindo operações extraorçamentais e FAM (b) | 16.009.554,76 € |

Capacidade de endividamento

| | |
|--|------------------------|
| Limite da dívida total da Autarquia calculada a 31/12/2017 | 31.123.415,24 € |
| Montante da dívida total em 31/12/2017 (excluindo operações extraorçamentais e FAM) | 16.009.554,76 € |
| Margem absoluta | 15.113.860,48 € |
| Margem utilizável (20% - alínea b) do n.º 3 do artº 52º) | 3.022.772,10 € |
| Limite da Dívida Total 2018 (Dívida Total + Margem Utilizável) | 19.032.326,86 € |

(a) Na data de reporte as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, ainda não tinham realizado todas as operações de fecho de exercício, e como tal esta informação deve ser considerada como provisória.

(b) O montante da contribuição para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total (Nota Explicativa emitida pelo SATAPOCAL).

Ora os valores indicam que, no final do exercício de 2017, a dívida total de operações orçamentais do Município, à semelhança do ano de 2016, é significativamente inferior à média das receitas correntes dos últimos três anos, atingindo até, um resultado bastante próximo de metade do limite legal, o que se traduz num excelente indicador.

Tendo em conta a margem de endividamento disponível, o município poderia aumentar o seu endividamento em 2018 até ao montante de 19.032.326,86€, como se pode aferir no quadro acima. Assim, no final deste exercício o Município de Ílhavo apresenta uma situação bastante confortável no que

respeita ao indicador da Dívida Total, prosseguindo, desta forma, no sentido de uma redução sustentada e progressiva do endividamento, independentemente da margem utilizável obtida.

Taxa de Execução da Receita

O limite introduzido pela Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013), define uma taxa mínima de 85% para a execução do orçamento da receita, de acordo com o n.º 3 do artigo 56.º, cuja finalidade será a de limitar a sobreorçamentação da receita, impedindo a realização de despesas orçamentais sem que se verifique a existência de meios monetários para liquidação, uma vez que estes são acautelados pela execução da receita.

Na eventualidade deste limite não ser cumprido em dois exercícios consecutivos, é ativado um alerta precoce em que são obrigatoriamente informadas de tal facto os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como o presidente do órgão executivo e deliberativo do município.

Acresce o cumprimento do objetivo a que este executivo se propôs, isto é, que a execução da sua receita ultrapassasse a percentagem indicativa constante da Lei das Finanças Locais (85%), com a percentagem de 85,09%, ficando deste modo o Município de Ílhavo fora dos alertas precoces definidos na referida Lei.

| TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA - NOS TERMOS DA LEI 73/2013 | | | | |
|---|------|--------------|-----------------|----------|
| | Ano | Limite Legal | Valor Município | Margem % |
| Taxas de Execução | 2015 | 85,00% | 85,25% | 0,25% |
| | 2016 | 85,00% | 88,09% | 3,09% |
| | 2017 | 85,00% | 85,09% | 0,09% |

Pagamentos em Atraso

De acordo com a Lei n.º 8/2012, e à semelhança de exercícios anteriores, a Câmara Municipal de Ílhavo não apresenta pagamentos em atraso, isto é, não tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou em documentos equivalentes.

O prazo de pagamentos a fornecedores é, à data de 31 de dezembro (últimos dados recolhidos na plataforma da DGAL – valores provisórios, que carecerem de correção) de 62 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização das obrigações assumidas.

CONCLUSÃO

O rigor e transparência na gestão e a escrupulosa aplicação do erário público compõem os pilares basilares da política orçamental do Município de Ílhavo. O desenvolvimento social, económico e cultural constitui, neste ciclo político, os vetores primordiais do orçamento municipal, asseverando o controlo da dívida global e a seletividade da despesa municipal.

No entanto, a conjuntura económica e política do país tem incontestáveis efeitos na administração e gestão autárquica. Esses efeitos tornam-se ainda mais marcantes se considerarmos que, embora as autarquias locais conservem autonomia administrativa, financeira e política para regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e que visa a prossecução de interesses inerentes da sociedade, permanecem ainda regras e procedimentos que restringem a autonomia efetiva do poder local, designadamente, na gestão dos fundos comunitários que, naturalmente, teriam mitigado os atrasos verificados na execução do Portugal 2020. Salienta-se ainda, nesta realidade, os inúmeros projetos apresentados estrategicamente no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais, estabelecidos com a finalidade de potenciar a sua inclusão no quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, alguns dos quais oriundos da parceria existente com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

Porém, aproveitando as oportunidades existente, atenta na gestão das adversidades atuais, ativa e solidária mantemos de forma revigorada, e com a mesma ambição, a determinação e a responsabilidade da gestão da Câmara Municipal na concretização do importante ciclo de investimentos que continuamos a prosperar.

Destaca-se que o Município de Ílhavo manter-se-á bastante distante do limite legal de dívida total previsto na lei das finanças locais, superando pelo terceiro ano consecutivo os 85% de realização da receita, apresenta fundos disponíveis positivos, em sentido oposto não apresenta quaisquer pagamentos em atraso e detém um reduzido índice na relação trabalhadores/população sendo a produtividade daqueles de excelência.

Pelo verificado, facilmente se conclui que este Município possui uma boa robustez financeira, destacando-se o excelente relacionamento com os mais diversos intervenientes, salientando-se o

crescimento sustentado do investimento em imobilizado corpóreo realizado nos últimos anos, fruto de uma prudente e eficiente gestão de tesouraria.